



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL PARA O DEBATE DA QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA NESTE INÍCIO DE SÉCULO XXI

Autores:

Tatiane Thaís Lasta - Universidade Regional de Blumenau - FURB - tatilasta@gmail.com
Ivo Marcos Theis - Universidade Regional de Blumenau - FURB - theis@furb.br

Resumo:

Este artigo tem como tema a questão regional brasileira, com ênfase nas figuras destacadas do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro. As análises voltadas para a realidade brasileira revelam uma profunda heterogeneidade no seu interior. Essa desigualdade, o legado do colonialismo, de subordinação e subserviência, são heranças históricas e estruturais do desenvolvimento brasileiro e devem ser levadas em consideração quando se trata de analisar a questão regional brasileira. No entanto, parece se utilizar pouco do conhecimento produzido e acumulado pelos próprios brasileiros na busca por interpretações do Brasil especialmente da questão regional. Deste modo, o objetivo geral deste artigo é identificar e analisar a contribuição e a atualidade dos representantes do pensamento social brasileiro para o debate da questão regional no Brasil neste início de século XXI. Percorridas as etapas da pesquisa, os resultados sugerem que as figuras do pensamento social brasileiro oferecem pistas importantes para compreender a realidade regional brasileira neste início de século XXI.

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL PARA O DEBATE DA QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA NESTE INÍCIO DE SÉCULO XXI

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema a questão regional brasileira, com ênfase nas figuras destacadas do que pode se chamar de pensamento social brasileiro. As análises voltadas para a realidade brasileira revelam uma profunda disparidade no seu interior. O desenvolvimento das diferentes regiões se deu de forma desigual, resultantes de processos históricos diversos. Não obstante, no início de século XXI o Brasil passou a ostentar uma relativa melhora nos seus indicadores socioeconômicos. Mas, atualmente parece experimentar um retrocesso inclusive democrático e que tem enaltecido as marcas históricas das desigualdades regionais. Sendo uma formação social semiperiférica, uma interpretação rápida dos principais indicadores das macrorregiões já bastaria para constatar a heterogeneidade presente no território e as crescentes disparidades em seu interior.

Essa desigualdade, o legado do colonialismo, de subordinação e subserviência, são heranças históricas e estruturais do desenvolvimento brasileiro e devem ser levadas em consideração quando se trata de analisar a questão regional brasileira. No entanto, parece se utilizar pouco do conhecimento produzido e acumulado pelos próprios brasileiros na busca por interpretações do Brasil especialmente da questão regional. Deste modo, o objetivo geral deste artigo ganha destaque: identificar e analisar a contribuição e a atualidade dos chamados representantes do pensamento social brasileiro para o debate da questão regional no Brasil neste início de século XXI.

Sobre a questão regional propriamente, a contribuição mais conhecida do Pensamento Social Brasileiro já valorizada por vários autores, é a de Celso Furtado, com a obra Formação Econômica do Brasil (1959) enaltecida por vários autores como (DINIZ, 2009), (BACELAR, 2000:2009), (GUIMARÃES NETO, 2009), (TAVARES, 2011) e (BRANDÃO, 2013) mas suas reflexões não se esgotam por aí. Além de Celso Furtado já citado, cabe ainda destacar muitos outros intérpretes do pensamento social que produziram trabalhos relevantes que devem ser incorporados ao debate quando se trata de discutir o desenvolvimento regional brasileiro. Além de Celso Furtado, cuja contribuição já fora enaltecida, nomes como Caio Prado Jr., Milton Santos, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e outros fazem jus à uma releitura crítica

e um espaço no debate sobre a questão regional brasileira. Já que parecem oferecer respostas relevantes que merecem ser levadas em consideração para repensar as questões do desenvolvimento nacional e regional brasileiro na atualidade.

Tendo isto posto, levando em conta uma preocupação que busca utilizar o conhecimento produzido por brasileiros para compreensão da dinâmica regional, o propósito deste artigo é evidenciar as contribuições e a atualidade do pensamento social brasileiro para explicar a realidade regional brasileira neste início de século XXI. Para alcançar este objetivo, basicamente recorreu-se a pesquisa bibliográfica documental e em um mergulho nas obras de destacados intérpretes do pensamento social brasileiro afim de revelar suas contribuições para o debate da questão regional e sua atualidade.

Para tanto, dividiu-se didaticamente este artigo da seguinte maneira: além desta introdução, a seção seguinte se dá pelas reflexões em volta da temática do Pensamento Social Brasileiro e posteriormente sobre a questão regional. Na terceira seção analisa-se o desenvolvimento regional no âmbito da formação regional brasileira evidenciando os velhos problemas. Uma sessão dedicada as reflexões sobre a atualidade do pensamento social. E, por fim, uma seção na qual apresenta-se às conclusões e aos novos desafios.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Como compreender a realidade regional brasileira neste início do século XXI? Seguramente algumas pistas importantes podem ser encontradas no pensamento social brasileiro que é vasto em termos de sua contribuição para o entendimento das particularidades do desenvolvimento regional e nacional brasileiro. O conhecimento mais profundo acerca da realidade brasileira e daqueles que buscaram refletir sobre o tema no espaço e no tempo, poder-se-ia ser um passo a possibilidade real e concreta para a ação frente aos inúmeros desequilíbrios regionais que afligem o país no período recente, heranças do processo histórico.

Inicialmente talvez convém fazer uma breve contextualização para explicar ao leitor a que se refere quando se discute o pensamento social brasileiro. O Pensamento Social Brasileiro trata-se de um campo de estudos relativamente recente que estuda as contribuições de autores que ao longo do tempo produziram interpretações sobre a realidade brasileira. Contudo, consideramos aqui que a literatura do pensamento social brasileiro, ou seja o que se produz em termos de conhecimento no Brasil ao longo do século XIX e início do século XX que tratam de contribuições revelantes e pouco exploradas ou mesmo pouco conhecidas nos ambientes que se debate o Desenvolvimento Regional.

De modo que, pode-se afirmar que, pelo menos desde a independência, houveram esforços voltados para a teorização e compreensão da realidade brasileira. Entretanto, é ainda relativamente pequeno o número de pesquisadores que utilizam nas suas análises as figuras consideradas clássicas. É precisamente nos últimos trinta anos

que surge esta linha de pesquisa preocupada com as interpretações do Brasil. O pensamento social trata-se de um campo de estudos relativamente novo, e ainda em expansão, que vem ganhando relevância atualmente. Especificamente, dedica-se a estudar os diversos autores, das diversas áreas do conhecimento, com intento comum de pensar o Brasil, interpretar o Brasil (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011).

O desafio do pensamento social é compreender quais ideias foram, ao longo dos séculos XVI até o início do XXI, produzidas por autores brasileiros sobre o processo de desenvolvimento e formação da sociedade brasileira. Vários são os autores e várias são as interpretações sobre o Brasil, as quais são objeto de estudo do pensamento social nos mais diferentes campos/áreas (aqui é o regional que prevalece!). É uma espécie de esforço de “pensar sobre o pensamento” daqueles que refletiram sobre o Brasil desde seu espaço-tempo e desde sua realidade local, nacional e regional (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011; BRANDÃO, 2005).

Nota-se que em cada momento de transição pelos quais o Brasil passa no decorrer de sua formação, havia intérpretes tentando explicar as consequências, o futuro e/ou apontando os caminhos da Nação. Com posições teóricas e políticas opostas, que ora se complementam, ora se chocam, dialogam e se confrontam, provocam um debate no mínimo acalourado. Assim, cada autor, formulou teorias e explicações desde seu tempo, desde sua inclinação teórica, seu contexto histórico, ou ainda pautado nos interesses de grupos políticos específicos.

Entretanto, na sua maioria esses intérpretes do pensamento social brasileiro tinham em comum algumas grandes questões : O que é o Brasil? Dê que resulta o Brasil”? Porque o Brasil não conseguiu se desenvolver? Estes pensadores buscaram no passado interpretar cada um ao seu modo, os problemas do Brasil e os problemas da formação social brasileira ao longo dos séculos. No caso do Brasil , se comparado com demais nações traduz uma certa singularidade, a preocupação de interpretar suas mazelas, seus fracassos, e sua condição de colônia, de país subordinado dentro da escala global, e além de pensar os problemas buscavam o intento de formular propostas e explicações que supostamente o fariam superar sua condição de subordinação e dependência (ORTIZ, 2012).

Atualmente estas interpretações sobre a realidade brasileira do passado fornecem contribuições importantíssimas para quem deseja estudar o desenvolvimento nacional e regional brasileiro no presente. Portanto, parece sensato fazer uma releitura crítica dos clássicos brasileiros que pensaram o passado para compreender os problemas que se levantam no presente e propor saídas viáveis para um futuro que parece caminhar na contramão da própria história.

A FORMAÇÃO SOCIAL E A QUESTÃO REGIONAL: VELHOS PROBLEMAS...

Nesta sessão faz-se síntese da formação social e regional brasileira com o intento de revelar as contribuições de figuras destacadas do pensamento social brasileiro. Esta sessão está dividida da seguinte maneira, inicialmente, discorre-se sobre o processo de colonização e ocupação do território até a independência, posteriormente, o império, a primeira república, posteriormente o período que vai de 1889-1930 e a industrialização.

O sentido da colonização e as primeiras formações regionais

A América Latina e o Brasil nascem como se sabe dos processos de descoberta do novo mundo resultado do progresso das nações ibéricas lançadas ao mar, ou o que se convencionou chamar de “era dos descobrimentos”. Em Manuel Bonfim (2013) é possível ler de que forma detalhada de que forma os portugueses aportam neste território. Inicialmente essa descoberta tinha a finalidade de acrescer um território a nação que havia logrado os louros de descobrir o território. A apropriação de novos territórios significava um espaço novo, matéria prima ao dispor do conquistador para explorar, modificar e transformá-lo de acordo com seus interesses. Assim gozava os direitos de usufruir do território, da natureza e por que não, das pessoas (MORAES, 2005; 2011).

Estimativas dão conta de a América Latina era território de milhões de seres humanos que o habitavam em harmonia com a natureza. Convém lembrar que, em meados de 1500, as estimativas populacionais sugerem que existiam cerca de 400 milhões de seres humanos habitando este planeta e, destes, 80 milhões habitavam especificamente as Américas. Nesse processo, os povos nativos inteiros da América foram exterminados (estima-se que mais da metade apenas pelo primeiro contato com o europeu, que trouxe consigo enfermidades desconhecidas). Estima-se que nas Américas viviam mais ou menos 80 milhões de nativos (ou mais), quando os europeus ancoraram no continente. Um século depois, restavam não mais de 3,5 milhões (RIBEIRO, 1995).

Os portugueses achavam ter encontrado aqui o próprio paraíso¹. O que encontraram ao ancorarem foi:

gentes quase nua e à toa, dormindo em rede ou no chão, alimentando-se de farinha de mandioca, de fruta do mato, de caça de peixe [...] Em suas mãos não cintilavam nem pérolas,

¹ “Foi a gente aqui encontrada que provocou maior curiosidade. Os nativos, vistos em princípio como a boa gente bela, que recebeu dadivosa aos primeiros navegantes, passaram logo a ser vistos como canibais, comedores de carne humana totalmente detestáveis[...] aqueles nativos tão diferentes dos Europeu[...] mas também tão semelhantes, seriam eles também membros do gênero humano, feito do mesmo barro pelas mãos de Deus, a sua imagem e semelhança? Caíram na impiedade. Teriam salvação? Ficou logo evidente que eles careciam mesmo, é de um rigoroso banho de lixívia em suas almas sujas de tanta abominação[...]” (RIBEIRO, 1995, p. 57). Ver ainda (BUARQUE DE HOLANDA, 1959)

nem rubis, sem sedas de catar que abrilhantavam os corpos cor de cobre, quando muito enfeitados de pena; os pés em vez de tapetes da Pérsia pisam na areia pura. Não possuíam animais domésticos a seu serviço. Na agricultura, umas ralas plantações de mandioca e alguns frutos [...] (FREYRE, 2000, p. 98).

O que cabe evidenciar aqui, é que a colonização de um território, a ocupação de um espaço, envolve conflitos de interesses, violência, submissão de populações inteiras e a apropriação das terras. Em outras palavras, o que existia deve ser destruído para que se construa o novo, segundo as vontades da metrópole. Por consequência, o Brasil carrega um passado colonial de exploração e de expropriação de suas terras e de suas gentes. Adiciona-se a isso, que a própria formação de seu espaço distribuído em regiões se formam ainda neste contexto de colônia e que visavam apenas o interesse da metrópole (MORAES, 2002).

Os territórios nacionais de hoje nada mais são do que resultado do passado, da formação dos primeiros “territórios coloniais” os quais evoluíram para as “regiões coloniais” “ou seja a expansão dos núcleos pioneiros difundiram a colonização no espaço nas quais formaram-se as economias regionais de extensões variadas” (MORAES, 2011, p. 75). No Brasil essa formação de territórios coloniais começa pelo litoral, pela costa brasileira inicialmente, no que se conhece hoje como Norte/ Nordeste e mais tarde inclina-se em direção ao Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Assim, a formação socio-espacial brasileira pode ser vista como uma realidade localizada, no tempo e no espaço.

Assim, para discutir a questão regional no Brasil e para compreender as suas tendências recentes, não há como desconsiderar suas heranças históricas e as marcas do processo de sua formação social inicial. De modo que “é preciso recuar no tempo e indagar as circunstâncias que determinaram o processo de colonização e formação da sociedade brasileira” (PRADO JR., 1979, p. 14).

Tanto ao Brasil como a América Latina, desde o início da ocupação territorial até nossos dias, lhes coube funções de subordinação e de dependência. O propósito de seu território foi unicamente terras e pessoas para uso (e abuso) do mercado externo. Caio Prado Jr. é quem esclarece ao leitor logo no início de uma de suas obras: “em suma e no essencial todos os acontecimentos desta era, a que se convencionou chamar de ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO JR., 1979, p. 14). Por isso, necessariamente:

se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, e alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto! É com tal objetivo, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem do interesse daquele comércio, que se organiza a sociedade e a economia brasileira [...] tudo se disporá neste sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país (PRADO JUNIOR, 2011, p. 23).

Celso Furtado, logo nas primeiras linhas de Formação Econômica do Brasil, reafirma: “a ocupação das terras americanas constitui nada mais que um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 2007, p. 25). Nesse sentido, e “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, que será destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JR., 2011 p. 19-20). Gilberto Freyre em seu clássico afirmaria que se formou “uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e mais tarde, negro na sua composição” (FREYRE, 2000, p. 79).

Trata-se de uma “vasta empresa comercial” que tinha por destino fornecer matérias-primas para a metrópole portuguesa e esse será o seu papel nos seus três primeiros séculos de sua existência: “assim se entendia as coisas e assim as praticava. Todos os atos de administração portuguesa com relação à colônia têm por objeto favorecer aquelas atividades que enricam o seu comércio” (PRADO JR., 2011, p. 131).

Portanto, desde seu início o Brasil teve seus espaços ocupados e as regiões sendo moldadas de acordo com os interesses momentâneos da vasta empresa comercial, sem levar em conta os interesses das populações existente no país. Assim, este modo de organização do trabalho vai desenhando pelo território os seus novos usos, seus novos sentidos e as suas novas dinâmicas as quais deverão ser sempre as mais rentáveis possíveis aos grupos que historicamente detém o poder.

Inicialmente estas terras não despertaram muito interesse do colonizador, temendo as invasões de outros povos, começam a explorar o território. Inicialmente localizadas onde hoje é o nordeste brasileiro explorou-se o pau-brasil, mas a atividade não foi muito relevante. O principal negócio que os colonizadores trouxeram para o Brasil foi a cana-de-açúcar, no começo do século XVI tinha um significativo valor no mercado europeu. E foi no Nordeste, especialmente, nos Estados de Pernambuco e Bahia, que se deram as primeiras explorações do território. De certa forma, em todo o litoral brasileiro passou a se cultivar cana - de - açúcar e conseqüentemente a população ficou localizada nos litorais, cabe lembrar aqui que até este momento o restante do Brasil era desconhecido. Para a realização do projeto colonizador, usufruiu-se da exploração de toda a gente nativa, principalmente, da mulher indígena e negra, não apenas como instrumento de trabalho, mas também como um elemento na formação das famílias (FURTADO,2007; FREYRE,2000; RIBEIRO, 1995).

Durante o período de colonização compreendido entre os séculos XVI e XVII, as atividades estavam voltadas para a produção açucareira no litoral brasileiro sobretudo com a mão de obra escrava (FURTADO, 2007); Contudo, a atividade açucareira que, geograficamente, se localizava na região Nordeste e Norte do Brasil - e representava até aquele período a atividade econômica de maior importância para o colonizador - começou a entrar em decadência. Aí, parece que se esgotam as possibilidades da colônia. A esperança dos desbravadores mudou quando os bandeirantes, ao adentrarem o sertão paulista, se depararam com minas de ouro e de pedras preciosas. Eis que surgiu uma nova atividade que encheu os olhos do colonizador: a mineração!

A descoberta do ouro surgiu como uma nova fonte de lucro e riqueza para a metrópole. Esta atividade se tornará até meados do século XVIII a “menina dos olhos”, o centro das atenções dos portugueses. As demais regiões que estavam em decadência, empobreciam e se despovoavam. As minas, como o nome já sugere, estavam localizadas inicialmente, no Estado de Minas Gerais e também em São Paulo, nos arredores de Taubaté. Avalia-se que dali se saqueou cerca de 1.400 toneladas de ouro e 3 mil quilates de diamantes. A descoberta dos metais preciosos data de 1698, onde hoje se localiza geograficamente Minas Gerais, que não por acaso carrega este nome. Depois ocorreu no Mato Grosso, em 1719 e, posteriormente, em Goiás em 1725. A descoberta dessa atividade atraiu pessoas de vários locais do Brasil e também de Portugal. Neste período concentrava-se um contingente populacional de mais ou menos 350 mil pessoas nesta região. E ali mesmo se formaram os núcleos coloniais dos quais resultaram vilas e, posteriormente em cidades, como Vila Rica, Cuiabá, entre outras (PRADO JR., 2011; RIBEIRO, 1995; FURTADO, 2007).

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia que antes se localizava nos grandes centros açucareiros no nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia [...] transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia (PRADO JR., 2011, p. 65, grifo nosso).

Aqui percebe-se as primeiras manifestações do que se chamou de centro dinâmico regional do Brasil, o qual até então se localizava no Nordeste. Com a crise do açúcar, o Sudeste e o Centro sul passaram a ter um maior dinamismo regional e a dominar o comércio, com os interesses voltados para o ouro e metais preciosos naquela região. De outro lado, no Nordeste, que fora a região mais próspera experimenta um esvaziamento, baixo dinamismo das atividades, já que a demanda por açúcar vinha sendo abastecida pelo mercado das Antilhas. Com a exploração das Minas Gerais, o desenvolvimento regional concentrou-se especialmente no Sudeste e, nesse mesmo período, a coroa instalou-se no Rio de Janeiro (PRADO JR., 2011)

Semelhante ao que ocorreu com a região canavieira, a região da mineração logo perdeu fôlego. E aí as atividades econômicas se voltaram para o Sudeste, tornando este espaço mais dinâmico. Assim, é este território desenhando a importância das regiões e fragmentado pela exploração portuguesa, que na entrada do século XIX², inesperadamente, se tornaria sede da Monarquia.

² Ainda sobre o período inicial de colonização e ocupação do território, é importante frisar que nos primeiros três séculos de existência da colônia portuguesa nos trópicos não houve significativas mudanças. Como observou Caio Prado Jr., “não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história” (PRADO JR., 2011, p. 129). Não ocorreram grandes mudanças nesse período em que a estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se sustentava imutável, com etapas de expansão e decadência.

Império: da independência à primeira república

Nos primeiros decênios do século XIX, o país foi marcado por um período de transições no qual se consolidou a integridade territorial e se alcançou a “independência política”. Todavia, a dependência econômica da jovem nação, herdada de Portugal, para com a Inglaterra perpetuaria no país “recém-independente” (FURTADO, 2007). Em que contexto esses fatos aconteceram?

O ano de 1808 é um marco na história do Brasil. Sabe-se que houve a transferência da coroa de Portugal para Rio de Janeiro, que se tornou sede da monarquia. Poder-se-ia perguntar: quais os desdobramentos dessa transferência? Foram diversos! De ordem política e social, econômica e, também territorial. Um acontecimento marca o Brasil ainda nos primeiros anos deste século: a “independência” política, em 1822. Outro fato foi o rompimento dos laços da colônia com a Metrópole. Acontecimento de não menor importância com a vinda da coroa para o Brasil, foi a abertura dos portos ao comércio internacional. E aí entrou em cena a Inglaterra como sua principal beneficiária! “A abertura dos portos brasileiros representa assim uma concessão que, embora de caráter provisório, estava assegurada pelos dominantes interesses ingleses” (PRADO JR., 1979, p. 130).

A Inglaterra, como se mencionou anteriormente, é um caso particular, pois, num certo período histórico, ditou os rumos do Império do Brasil: “além do comércio, que lhes caberá nos seus setores mais importantes, serão deles as primeiras grandes empresas e iniciativas, como a mineração; e são deles ainda os empréstimos públicos que teriam tamanho papel na evolução econômica do Brasil. É em grande parte em função dos interesses comerciais ingleses que se disporá a nova economia brasileira” (PRADO JR., 1979, p. 140). Acrescente-se que:

Transferindo-se o governo Português para o Brasil sob proteção inglesa e operando-se a independência sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal se transferiam automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou vários decênios a mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele e a Inglaterra” (FURTADO, 2007 p. 69).

A monarquia, concentrada no Rio de Janeiro, estimulava as atividades, econômicas. Fluía ali boa parte das atividades do Império e se concentravam ali também os recursos. Com a liberdade comercial recém-instalada, o Brasil experimentou uma ascensão até o período da independência. Após esse período houve registros estatísticos de déficit na balança comercial. Os poucos gêneros que se exportavam se

reduziam aos poucos. É fato que, como nação recém-independente, dentro de um contexto global, o Brasil exportava uns poucos gêneros primários e isto à base de força de trabalho escravo. Na região do ouro em Minas já se experimentava uma decadência, na região Nordeste, o preço do açúcar caía dia após dia, o algodão ainda mais, na região Sudeste e Sul, em consequência da decadência da atividade mineira, sentia-se o reflexo nas atividades, já que este era seu principal mercado. Nesse período a situação do Brasil não era das melhores, tanto que recorreu a empréstimos externos (FURTADO, 2007; PRADO JR, 1979).

Nesse momento, a produção de café surgiu como nova alternativa para o país. Esta atividade aproveitou-se dos recursos pré-existentes, concentrando-se na região montanhosa próxima da capital do país e onde havia um grande contingente de pessoas que anteriormente se ocupava da atividade mineira, no sudeste, mais precisamente. Esta atividade foi organizada inicialmente com trabalho escravo, semelhante ao açúcar. Assim, nos primeiros decênios após a independência, o café já era o principal produto exportado, representando mais de 40% das exportações brasileiras (FURTADO, 2007).

Aí observam-se dois fatos importantes na segunda metade do século XIX: primeiro, o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, no qual o nervo da produção passou se localizar nos arredores das regiões de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Outro fato, intimamente ligado com este, é a decadência das regiões do açúcar e do ouro, as quais experimentavam um empobrecimento da população, o abandono das culturas e o decréscimo demográfico. Ressalta-se que quase todos os maiores fatos políticos, sociais e econômicos da segunda metade do século XIX desenrolaram-se em decorrência da lavoura cafeeira (PRADO JR., 1979).

De 1850 em diante, com a proibição do tráfico negreiro, a mão de obra é uma preocupação recorrente dos fazendeiros. Uma solução se fazia necessária, e qual então seria essa solução? A saída foi encontrada na imigração de europeus para trabalhar nas lavouras do café. Esta massa de europeus vindos da Europa se intensificou depois de 1850. A partir daí, passam a coexistir o trabalho livre com o trabalho escravo nas fazendas de café da região central do país. A abolição se tornou uma questão política, e, em 13 de maio de 1888 a escravidão no Brasil se extinguiu tardiamente no país.

República (1889-1930): e a consolidação das oligarquias regionais

O século XIX, como se mencionou na seção anterior, fechou com dois episódios de não pouca importância para o Brasil: a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República no ano seguinte, em 1889. Esses eventos vão ser fundamentais na vida posterior do país. Foram poucas as mudanças com o advento da República em termos de melhoria da qualidade de vida das parcelas mais amplas da população. Nos anos que seguiram a entrada do século XX, em suma e na sua essência, é a produção de produtos primários destinados para a exportação que ganhou destaque.

O desenvolvimento de boa parte da produção permitiu-se graças à técnica, não somente a maquinaria, mas, à energia elétrica e ao transporte ferroviário. Outro fator que impulsionou as atividades econômicas no Brasil da época foram as finanças internacionais. Estabeleceram-se no Brasil grandes bancos ingleses, alemães e norte-americanos. Tratava-se de um grande estímulo para as atividades do Brasil, com recursos disponíveis e uma “larga experiência da finança internacional”. Assim “em pouco tempo encontraremos ação progressiva dos interesses financeiros internacionais alastrando-se e se infiltrando ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira até colocá-la inteiramente ao seu serviço” (PRADO JR., 1979, p. 216).

A produção do café em grande escala foi possível pelos créditos da finança internacional. Boa parte do custeio das lavouras (além do café, acrescentam-se outros produtos primários, como a borracha, o cacau, o mate, o fumo) se deve a esses empréstimos. O Brasil se tornou, nesse período de virada do século, um dos mais importantes produtores de matérias-primas, com destaque para o café, o produto mais importante nas exportações brasileiras da época.

Nesse mesmo período, a população vivia em condições de vida ínfimas. Isso ainda se agravava por uma estrutura fragmentada em diferentes regiões separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes e de comunicação. A economia brasileira era organizada em produções regionais para atender tão somente ao mercado externo, o que impediu uma unificação do país e uma rede de comunicações internas. Dados demográficos deste período dão conta de que os poucos milhões de seres humanos que aqui se encontravam espalhavam-se pela extensão do território litorâneo, em núcleos coloniais “apartados” uns dos outros e sem contato. (PRADO JR., 1979).

No período compreendido entre 1924 a 1930, a indústria brasileira enfrentou sérios problemas decorrentes da crise internacional de 1929. O café era o produto que sustentara a economia brasileira. Depois de um século ele entrou em declínio, em decorrência da queda na demanda resultante da crise internacional. Este período foi marcado por “uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão num nível de subsistência” (PRADO JR., 1979, p. 271).

É na década seguinte que as indústrias multinacionais começam a penetrar no território brasileiro. Principalmente depois da Segunda Guerra, se multiplicam no país. Os principais ramos foram: motores, produtos químicos, elétricos e alimentação. Com isso, agravou-se a situação de dependência e subordinação da economia brasileira frente ao cenário internacional. Esta dependência e subordinação é um fato que se prende às raízes da formação social do país³. A indústria e o comércio se organizaram e desenvolveram com esta finalidade: “essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição à nacional que seria a organização da produção em

³ A acumulação capitalista se faz efetivamente à custa de um empobrecimento relativo da massa da população, sobretudo de suas classes trabalhadoras, e um acréscimo de exploração do trabalho. Será esta a origem dos novos capitais formados (PRADO JR., 1979, p. 270).

função das necessidades próprias da população que dela participa” (PRADO JR., 1979, p. 275,).

A fase de Industrialização

A adequação do Brasil sob a nova ordem na qual passou a se inserir implicou em grandes transformações de ordem política, econômica, social e cultural. É nesse momento que uma base industrial se assentou na vida do país. Contudo, é somente depois de 1930 que tais transformações se acentuam. A crise de outubro de 1929 repercutiu gravemente no país e foi inclusive, impulso para o processo de industrialização interna. As exportações tiveram grande queda, os capitais que antes alimentavam a vida econômica do país agora, tornaram-se a salvação. E com a grave crise instalada [...] “acentua-se um processo de nacionalização da economia do país [...] resultava no progresso e consolidação de sua nova economia voltada para as necessidades próprias” (PRADO JR., 1979, p. 296). Com a crise do comércio exterior instalada, uma série de processos convergiram no sentido de abrir caminhos à industrialização brasileira. A crise do comércio internacional criou um ambiente favorável para o mercado interno. Reduzindo-se a capacidade de importar, foram obrigadas as indústrias a economizar ou a substituir insumos. Esse processo de industrialização ficou conhecido como Processo de Substituições de Importação.

Até 1930 internamente no país não havia um processo de articulação das diferentes regiões, com a atividade cafeeira que concentrou-se no Sudeste criando desequilíbrios regionais. Todavia por outro lado, é a partir dessa região que o impulso da industrialização se inicia, processo no qual as demais regiões tiveram que se articular.

Se, pela metade do século, a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre as distintas regiões, por outro lado a disparidades de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. Na medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda (FURTADO, 2007, p. 329)

Furtado indica que a industrialização brasileira começou de forma simultânea em quase todas as regiões. No Nordeste se instalaram as primeiras indústrias têxteis ainda na primeira metade do século XIX. Todavia, é na região de São Paulo e nos entornos que se deu o processo de industrialização. Enquanto se observava uma concentração em São Paulo, a participação da região Nordeste foi aos poucos se reduzindo, tanto de indústrias como de trabalhadores⁴. Se considerar os meios de

⁴ O censo de 1920 indica quase 30% dos operários industriais concentravam-se em São Paulo. Em 1940 esse mesmo percentual se eleva para quase 35% e em 1950 para quase 40%. Assim a participação do Nordeste se reduz substancialmente de 27% para pouco mais de 17% em 1940.

produção instalados, o Nordeste diminui entre 1940 e 1950, de quase 16% para pouco mais de 12%. Assim demonstra-se uma concentração das atividades e da população na região central do país. A participação de São Paulo na produção passou de 39% para 45% entre a década de 1940 e 1950 respectivamente. Já a região Nordeste experimentou um declínio na participação da produção, chegando a pouco mais de 9% no mesmo período. Assim, tem-se que a região Sudeste (especialmente, a concentração das atividades industriais em São Paulo) alcançou um nível de renda quase 5 vezes maior que a região Nordeste. De modo que, “essa disparidade dos níveis de vida, que se acentua atualmente, entre os principais núcleos regionais da população do país poderá dar origem a sérias tensões regionais [...]” (FURTADO, 2007, p. 331).

É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo de fachada. E, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial formado no Centro-Sul. Paralelamente, aumenta de forma acelerada a população global do país, mas de um modo geral permanecem as velhas estruturas (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 37).

Esse período de transição é marcado pela “mecanização e motorização do território brasileiro” e pela construção de grandes obras. Até a década de 1940, o Brasil possuía 108.594 quilômetros de estradas de ferro, localizadas, principalmente, em São Paulo e Minas Gerais. A industrialização levou também a construção de usinas hidrelétricas, que chegaram a mais de 1.800 unidades espalhadas pelo território, ainda na década de 1940. Os portos construídos também tiveram um papel importante: o de escoar a produção das várias regiões distintas do Brasil para o exterior. Com o processo de industrialização, mesmo que ainda recente no país, “rompia-se, a regência do tempo ‘natural’ para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este encarnava nos portos nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada” (SANTOS, 2001, p. 37).

Na década de 1950, o Estado de São Paulo ganhou destaque por concentrar as indústrias do país. A integração nacional começou circundando São Paulo, com um contingente grande de pessoas migrando de todas as regiões do país, sobretudo, vindas da região Nordeste⁵. A rápida expansão da indústria paulistana ampliou o mercado interno para abastecimento ao buscar insumos e alimentos em outras regiões brasileiras. Esse período é o de consolidação da hegemonia paulista, onde houve um aumento dos investimentos: em 1954, o Estado de São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos de todo Brasil, e em 1958, 62,2%. Devido as necessidades advindas da industrialização que o Brasil vai aos poucos se integrando surgem cidades importantes,

⁵ Tem-se nota que em 1939 37,5% dos migrantes provinham da Bahia, 23,5% de Minas Gerais e 12,7 de Pernambuco, seguidos dos estados de Alagoas, Ceará e Sergipe.

algumas localizadas mais ao interior do país, o que antes predominava nas áreas mais litorâneas (SANTOS, 2001).

É com profundas diferenças regionais e a tendência à concentração, espacial e econômica que se desenhava na economia brasileira. Em geral, o “rápido crescimento de uma região tem como contrapartida necessária o entorpecimento de outra” (FURTADO, 2007, p.331). Até o início do século XX, “do ponto de vista das relações inter-regionais – um aspecto crucial, o território será cedo fragmentado em regiões que não se comunicam” (THEIS, 2015, p. 8). É que os interesses estavam voltados apenas para atender ao mercado externo. Assim, o país deixa de ser organizado com base em arquipélagos regionais para ter “uma economia nacional regionalmente localizada” (BACELAR, 2000).

Após o período de crise, portanto, as relações do país voltaram-se para dentro. Ou seja, passou a ter uma dinâmica regional na economia brasileira, propriamente. As regiões passaram a relacionarem-se umas com as outras e não mais apenas com o mercado externo, prioritariamente. Para Bacelar (2000), este talvez, tenha sido o momento mais importante do país no século XX. Pois, é neste momento que as “articulações se montam” e que se entende que há uma “construção da sociedade brasileira”. Ai se compreende que as regiões têm dinâmicas que as diferenciam umas das outras (BACELAR, 2000). A partir de 1950, o país se consolidou industrialmente e concretizou também uma concentração regional na região Sudeste.

a industrialização juntamente com a produção agrícola modernizada concentrada no Sudeste[...] vai de forma acelerada fomentar as disparidades estruturais de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que torna mais clara a existência de uma periferia e de um polo a região concentrada[..] Num período de ativa integração nacional, as desigualdades assim instaladas tendem a agravar-se cada vez mais (SANTOS, 2001, p. 46).

O país adentrou a década de 1960 na condição de industrializado, mas na permanente condição de subdesenvolvido e subserviente. Daí em diante, a industrialização se constituiu “a espinha dorsal da economia brasileira”. Assim, avançou o setor industrial privado interno (nacional), mas também com maior força o setor privado estrangeiro, este consistindo em uma “uma nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais” (FURTADO, 1982, p.36).

Acompanhando o processo de mundialização da economia, a década de 1970 foi marcada pela mecanização do campo, dando impulso a um capitalismo agrário no país. Vale retomar as estatísticas da época que dão conta de que mais de 60% da produção industrial estava localizada no Sudeste. Junto ao desenvolvimento deste processo, as massas de trabalhadores do campo e da cidade que migravam a São Paulo

e faziam engrossar as filas do exército industrial de reserva. É a partir deste período de internacionalização:

o que ocorre é a reprodução ampliada do que fora feito no lapso de tempo imediatamente anterior, de modo que tudo cresce ainda mais, porém no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um maior endividamento, maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, ampliação das facilidades de circulação dentro do país e para os canais de exportação. Paralelamente, agrava-se a tendência à concentração e à centralização da economia, assim como a concentração geográfica e à concentração da renda (SANTOS, 2001, p. 50).

O modelo de desenvolvimento que se cristalizou nas diferentes regiões brasileiras ao longo de sua formação social é excludente e tem um caráter concentrador de riquezas.⁶ No Brasil existe uma massa de dezenas e milhões de pessoas que lhes é negada as condições mínimas de dignidade e privadas das necessidades básicas. Essas “deformações do Estado brasileiro atual são, no essencial, reflexo da subordinação desse Estado à lógica de um estilo de desenvolvimento que patrocina as empresas transnacionais e serve à uma minoria da população” (FURTADO, 1981, p. 76). Isso é nada mais que “resultado de um trabalho permanente e, sobretudo, da progressiva incorporação de capitais fixos e constantes, com ênfase em certos pontos, o território brasileiro metamorfoseia-se em meio técnico científico-informacional. Esta é a cara da globalização” (SANTOS, 2001 p. 101).

Nesta longa sessão tentou-se evidenciar as manifestações da dinâmica regional no território brasileiro ao longo dos séculos de sua formação pelas contribuições do pensamento social brasileiro. É importante mencionar aqui que o que se passa no Brasil ao longo dos seus séculos de sua formação tem uma ligação tênue com o que vive no atual momento histórico.

A ATUALIDADE DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

⁶ Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 1976, dá conta de que 44% das famílias se incluíam no que se considera faixa de pobreza considerada na época menos de dois salários mínimos. Assim, conclui-se que mais da metade da população foi excluída de quaisquer benefícios que o país logrou com a alta da produtividade, assim, metade da população vivia à mercê, teve sinal contrário por parte das políticas e das prioridades que orientaram o desenvolvimento. E ressalta que naquele período a mortalidade infantil do nordeste era o dobro da média nacional e a média de crianças e jovens desnutridos ali era cerca de 50% maior que a média do país. A esperança de vida de um nordestino nesse período era de 40 anos e no centro sul de 65 anos, um quarto de século a mais.

O pensamento social brasileiro se faz leitura obrigatória para os estudiosos da temática regional brasileira. Os autores desvelam o capitalismo periférico, o subdesenvolvimento, a subserviência de uma economia dependente desde suas raízes, e a percepção de uma elite dominante que faz valer apenas os seus interesses ao longo da formação social brasileira.

A dinâmica regional que vem tendo lugar no Brasil favoreceu e manteve-se de acordo com os interesses de grupos dominantes, isso parece prevalecer ainda na atualidade. A contribuição específica de Caio Prado Jr. apresenta-se importante para compreender a questão regional brasileira na atualidade. Este autor demonstra de que forma valorizou-se os espaços regionais do Brasil ainda no período colonial com produtos que ofereciam lucros momentâneos. Regiões que se mostravam prosperas, que estavam em ascensão, mobilizavam para estas todo aparato necessário para algo que seria momentâneo, desde a atividade de subsistência, até a população. A ascensão de uma região vinha em contrapartida o declínio de outra. A dinâmica regional brasileira constituiu-se de modo descontínuo, desintegrado e desorganizado no território. Território este, permeado por contradições e desequilíbrios regionais que vai ser marca da colônia que outrora se formara com os interesses voltados para fora, e não para dentro do próprio território e da sua própria gente.

Este pensador discutiu o desenvolvimento desigual e combinado do Brasil quando desvelou que desde as raízes que o país fazia parte de um projeto maior, a expansão do capitalismo em escala internacional. Caio Prado Jr., faz um estudo esmiuçado da realidade brasileira analisando a distribuição geográfica das atividades no território brasileiro e as primeiras formações regionais. A abordagem deste pensador é sem dúvida uma contribuição sugestiva para pensar as desigualdades regionais do Brasil na atualidade.

A tese do sentido da colonização faz-se ainda atual, já que a pauta de exportações brasileira ainda neste início de século XXI releva que o Brasil é em sua maioria, exportador de produtos primários como soja, milho, carnes, entre outros. Em certo sentido pode-se afirmar que a tese de Caio Prado Jr. ainda é atual para refletir a questão regional do Brasil. Isto porque, em essência, continuamos a o sentido da colonização. A desorganização das regiões brasileiras foi com a finalidade de gerar lucros para fora de seu território num movimento que configurou as regiões do presente as quais reproduz-se na atualidade na forma de desequilíbrios e desigualdades regionais.

Este mesmo país do passado que Caio Prado Jr. descreve revela-se um país de dimensões continentais e extenso território dotado de abundantes recursos naturais, mas que permanece ainda na atualidade com os interesses voltados para fora de seu território, com alianças entre uma pequena fração da elite nacional associada às elites estrangeiras, e segue-se reproduzindo o passado na atualidade, fazendo valer os interesses de uma minoria a despeito da maior parte do seu povo.

Celso Furtado como se sabe tem uma contribuição seminal para a questão regional brasileira. Com uma obra abrangente e profunda, conseguiu compreender as várias questões estruturais do Brasil: desde a formação histórica e econômica, a formação dos espaços regionais, a integração do mercado interno e de suas regiões. Um país de dimensões e extensão continentais que é dotado de um rico potencial, mas que é imerso em um quadro preocupante marcado por diferenças regionais absurdas. Furtado chamou atenção para o modelo de desenvolvimento que se firmou neste continente, que não incluía todo seu povo. Demonstrou que os espaços regionais foram ao longo do tempo se formando e se organizaram de acordo com os interesses de uma elite selecionada. E assim, seguem reproduzindo um desenvolvimento que é em essência desigual, pautado apenas nos interesses privados e não no atendimento das reais necessidades de suas gentes. Especialmente, o Brasil seguiu sendo uma nação historicamente subserviente em que apenas uma parcela privilegiada de seu povo gozou as benesses de seu desenvolvimento, e até aí parece que não avançamos muito enquanto nação.

Já Milton Santos chamou atenção especial ao processo de globalização que se manifesta com um caráter dual. O primeiro, é o que chamou de globalização perversa, que se materializa através dos interesses de uma classe que domina o mercado e se expressa na apropriação do território e seu uso. De outro lado, avista nessa globalização perversa, a possibilidade das pessoas, desde o seu lugar, reagir e resistir contra este modelo globalizante perverso que inclui apenas um grupo seletivo às suas benesses. A proposta de Milton Santos consistia em fortalecer as regiões onde as pessoas estão, de acordo com os seus modos de vida e que parece fazer sentido no período recente.

Apoiado por muitos dos intérpretes do Brasil que o antecederam, como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, toma uma forma de periodização diferente, “pegando carona” com aqueles autores clássicos que nos remetem ao passado e a formação social brasileira, e com uma nova releitura “faz falar o território”, levando em conta também o passado, mas trazendo o debate para o período recente.

Este pensador em particular, esboça conceitos importantes para compreender a questão regional como região, território, a importância conferida ao espaço, além de localizar o Brasil na divisão internacional do trabalho. Abordou com preocupação a questão das desigualdades sócio espaciais e regionais manifestadas no território brasileiro e no terceiro mundo, demonstrando que se diferenciam os espaços onde a técnica, a informação e os tempos rápidos dominam, bem como áreas ainda no atual momento histórico relegadas aos tempos lentos e sem muito progresso técnico. Chama a atenção ainda para a crescente concentração destas atividades em São Paulo, o qual chamou de Região Concentrada.

Ademais, não somente estes integrantes do pensamento social tem importante contribuição para pensar o desenvolvimento regional brasileiro mas, não esquecendo aqui de Darcy Ribeiro, cuja a contribuição é talvez a mais importante em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* o qual segue na linha da reconstrução histórico/ evolutiva do Brasil. A contribuição de Gilberto Freyre especificamente para a questão regional pode ser revisitada em uma publicação de 1926 pouco conhecida intitulada *O manifesto regionalista* na qual traduzia as preocupações com a região

nordestina que experimentava o problema das secas e as consequentes desigualdades sobretudo, enfatizadas pela crescente industrialização na região sudeste. Muito embora seu clássico Casa Grande Senzala trata-se de um livro indispensável para compreender o Brasil.

Florestan Fernandes, igualmente importante sociólogo, que dedicou-se a estudar o Brasil e demonstrou de que forma o capitalismo dependente que o Brasil experimentava truncava seu desenvolvimento. Teorizou que o desenvolvimento de uma sociedade mais autônoma no Brasil estava submetido as vontades das elites que não seriam capazes de conciliar o desenvolvimento econômico, a soberania nacional e a democracia. Demonstrou que a preocupação das elites brasileiras era apenas manter seus privilégios. De modo que, qualquer iniciativa que ameaçasse o *status quo* deveria ser sufocada, isso aos olhos de Florestan impediria ao Brasil experimentar um desenvolvimento autônomo. Observando os últimos acontecimentos no Brasil pode-se inferir que Florestan portanto, parece também muito atual para compreender o Brasil! (FERNANDES, 1975).

Assim para se pensar e discutir a questão regional e o Brasil atual, é necessário que se revise os clássicos por meio de uma leitura crítica já que parecem ainda depois de décadas, conservar importantes pistas para pensar as transformações da realidade atual. Embora viveram e escreveram sobre a realidade brasileira ao longo do século XX, sua atualidade pulsa nas obras que deixaram. O entendimento crítico e a reflexão das particularidades do desenvolvimento regional brasileiro é possível por meio de um mergulho no pensamento social brasileiro, este tem a oferecer pistas valiosas para os problemas que se agravam sobretudo, na presente conjuntura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Novos desafios?

Revelou-se até aqui que o pensamento social brasileiro parece oferecer importantes aportes para pensar a questão regional neste início de século XXI. Celso Furtado foi um pensador que esteve constantemente preocupado com os desequilíbrios regionais, especialmente, a questão do Nordeste em relação ao Centro - Sul. Soma-se a isso, a tese central de Caio Prado Jr. e o fato do Brasil ser uma formação social semiperiférica que segue se colocando-se frente ao cenário global como um território subserviente, reproduzindo o sentido da colonização que perdura até nossos dias. Nesse sentido a obra de ambos continua atual.

E tem se multiplicado no contexto da globalização perversa da qual Milton Santos é quem chama atenção, pelo que denominou o meio – técnico – científico - informacional, num movimento que se dá de forma desigual e combinada privilegiando algumas regiões em detrimento de outras. O que denominou de Região Concentrada, para o caso específico do Sudeste concentrando de forma desigual ciência, técnica e

informação, em detrimento de outras regiões relegadas aos tempos lentos, reproduzindo e acentuando as desigualdades sócio espaciais pelo território.

Uma reflexão importantíssima e atual é que os autores do pensamento social parecem convergir com relação a uma pauta democrática e a necessidade de se pensar um projeto de Brasil. Ao olhar o Brasil de hoje, e sua conjuntura presente onde as políticas neoliberais avançam sobre o território deixando maior parte das pessoas excluídas do processo de desenvolvimento. É certo que estes pensadores todos almejava um Brasil que fosse lugar de todos e todas. Nossa tarefa aqui talvez seja a de não deixar estas ideias e estes ideias serem sepultados pela ganância de uma elite retrógrada que vem apostando em uma agenda ultra conservadora e entreguista e ao que parece, será claramente desfavorável as massas da população brasileira.

Ao chegar aqui se conhecem as limitações deste ensaio e de quão ambicioso foi seu intento. De tal modo que seriam necessárias novas pesquisas sobre a temática ou mesmo a continuidade deste trabalho inicial para obter respostas mais bem elaboradas para as perguntas que se perseguiu aqui. Assim, a pretensão é que esta seja mais uma pista provocativa aos debates e reflexões sobre a questão das desigualdades regionais, refletidas a partir do pensamento social brasileiro e de quão importante se faz uma releitura crítica dos clássicos.

Por fim, chegando até aqui, cabe alguns questionamentos quanto aos novos desafios: como alcançar um processo civilizatório que de conta de toda gente? Onde o território seja lugar do bem comum e não do lucro, de uma globalização solidária e não perversa? Quem são os sujeitos dispostos a lutar pela democracia e soberania nacional?

Sugestivo seria talvez, o otimismo e a esperança de um pensador do porte de Milton Santos, de seguir acreditando nos sujeitos, nas regiões em que se encontram decidam de forma autônoma seus rumos, a fim de reforçar a resistência frente a um projeto de nação feito para um reduzido grupo, que insiste em privar a maior parte de sua gente das benesses do desenvolvimento. Ousamos lutar pela realização de um mundo que alcance a toda gente, onde os homens serão mais felizes, pautados por uma globalização feita pelos povos, em favor dos povos, esse seria um começo, na busca por um outro mundo possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: **Celso Furtado e o Brasil**. (Org.) TAVARES, M. C. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 71-92.

ARAÚJO, Bacelar, Tânia. SANTOS, Valdeci Monteiro. Desigualdades regionais e Nordeste em formação economia do Brasil. In: **50 Anos de Formação econômica do Brasil**:

ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Org. ARAÚJO, Tarcísio P. WERNECK, Salvador. MACAMBIRA, Junior. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

BRANDÃO, M. Gildo. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Revista Dados-Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n 2, 2005. 231-269.

BRANDÃO, Carlos A. Prefácio. In: **Essencial Celso Furtado**. Org. Rosa Freire d Aguiar. Companhia das letras, 2013. Coleção Clássicos.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro. 2013.

DINIZ, C. Campolina. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. **Nova Economia**-Belo Horizonte- 19 (2) _227-249_ maio-agosto de 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Companhia das letras, 2007.

FURTADO, **Brasil**: a construção interrompida /Celso Furtado. -2.ed. - São Paulo: Paz e Terra, 1992. - 87 p.

FURTADO, Celso. **Perspectivas da Economia Brasileira**, DF, 1981.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” brasileiro**. 7ª Ed Civilização brasileira, 1982.

FERNANDES, FLORESTAN. **A revolução burguesa no Brasil** :ensaio de interpretação sociológica /Florestan Fernandes. -Rio de Janeiro: Zahar, 1975. - 413 p.

GUIMARAES NETO, Leonardo, BRANDÃO, Carlos Antônio. **Formação Econômica do Brasil e a questão regional**. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. Editora, Anablume, 2005. São Paulo.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia histórica do Brasil**: Capitalismo, território e periferia. Editora Annablume, 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. Editora brasiliense. São Paulo, 2012.

PRADO, Junior Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Junior Caio. **História Econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o Sentido do Brasil. 2ª edição, 10ª Impressão. Companhia das letras, 1995.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Record, Rio de Janeiro, 2001.

SCHWARCZ, Lilia. BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o Pensamento Social Brasileiro. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n 82: 139-159, 2011.

TAVARES, Hermes, Magalhães. Desenvolvimento, região e poder regional: A Visão de Celso Furtado. **Revista Brasileiras de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, n. 2 /novembro de 2011.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento Regional Numa formação social semiperiferica: o caso do Brasil. **Anais do encontro XV de geógrafos de America Latina**.Cuba, 2015.